

# Adami S/A. - Madeiras

**Informações contábeis  
intermediárias em  
30 de junho de 2019 e 2018**

# Conteúdo

<b>Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>5</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>9</b>
<b>Notas explicativas às informações contábeis intermediárias</b>	<b>10</b>



KPMG Auditores Independentes  
R. São Paulo, 31 - 1º andar - Sala 11 - Bairro Bucarein  
89202-200 - Joinville/SC - Brasil  
Caixa Postal 2077 - CEP 89201-970 - Joinville/SC - Brasil  
Telefone +55 (47) 3205-7800  
kpmg.com.br

# Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias

## Aos Administradores e Acionistas da

### Adami S/A. - Madeiras

#### Caçador - SC

#### Introdução

Revisamos os balanços patrimoniais, individual e consolidado, da Adami S/A. - Madeiras (“Companhia”) em 30 de junho de 2019, e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Base para conclusão com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 9 às informações contábeis intermediárias, em março de 2007, a Companhia entrou com ação contra as autoridades fiscais brasileiras, a fim de garantir o direito à exclusão dos valores relativos ao ICMS que compõem as bases de cálculo do PIS e COFINS e exigir que os valores pagos a maior fossem ressarcidos à Companhia. Durante o exercício de 2019, a Companhia obteve decisão judicial favorável e definitiva, que não admite recurso por parte das autoridades fiscais. Com base nessa decisão judicial favorável, a Companhia passou a ter direito a um crédito tributário que pode ser compensado com futuros impostos federais a pagar. No entanto, a Companhia está em fase de levantamento dos montantes do referido crédito e, portanto, não reconheceu em suas informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2019. Se a Companhia tivesse efetuado o reconhecimento contábil dos créditos, certos elementos das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas poderiam ser afetados de forma relevante. Os efeitos desse assunto não foram determinados.

### Conclusão com ressalva

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, acima referidas, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia em 30 de junho de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre findo nessa data de acordo com as práticas contábeis aplicáveis no Brasil.

Joinville, 23 de agosto de 2019

KPMG Auditores Independentes  
CRC SC-000071/F-8



Marcelo Lima Tonini  
Contador CRC PR-045569/O-4 T-SC

**Adami S/A. - Madeiras**

**Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018**

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018			30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	25.898	122.495	26.916	125.047	Fornecedores		48.634	73.086	50.332	84.044
Aplicações financeiras	6	29.813	33.504	29.813	33.504	Empréstimos e financiamentos	16	118.835	123.760	120.467	124.041
Contas a receber de clientes	7	82.968	45.632	83.024	45.632	Debêntures	17	36.376	24.858	36.376	24.858
Estoques	8	77.883	73.385	77.883	73.385	Salários e encargos sociais		17.352	15.879	17.352	15.879
Impostos a recuperar	9	34.071	30.158	34.071	30.158	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		3.874	1.335	3.874	1.335
Ativos biológicos	10	48.792	48.792	48.792	48.792	Adiantamento de clientes	19	516	249	516	249
Outras contas a receber		13.289	11.468	13.332	11.680	Impostos e contribuições à recolher		3.900	971	4.012	1.070
Instrumentos financeiros derivativos	27.c	3.632	-	3.632	-	Arrendamento mercantil	20	2.039	-	2.039	-
						Outras contas a pagar		9.800	8.583	9.800	8.583
		316.346	365.434	317.463	368.198			241.326	248.721	244.768	260.059
<b>Não circulante</b>						<b>Não circulante</b>					
Depósitos caução		-	-	-	2.980	Empréstimos e financiamentos	16	143.899	177.001	173.682	202.896
Impostos a recuperar	9	5.314	6.183	5.314	6.183	Debêntures	17	105.882	111.176	105.882	111.176
Depósitos judiciais	11	8.270	7.774	8.270	7.774	Impostos e contribuições à recolher		325	558	325	558
Dividendos a receber	13	-	1.350	-	1.350	Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	128.968	125.839	128.968	125.839
Fundo de investimentos em direitos creditórios	26	9.694	8.452	9.694	8.452	Provisão para contingências	11	2.263	2.263	2.263	2.263
Outras contas a receber		1.976	2.631	1.977	2.631	Arrendamento mercantil	20	15.567	-	15.567	-
Mútuos com partes relacionadas	18.b	9.748	23.132	3.319	2.967	Outras contas a pagar		1.245	388	1.246	388
Investimentos	13	50.567	32.791	37.774	32.814			398.149	417.225	427.933	443.120
Imobilizado	14	458.766	436.458	510.096	488.089	<b>Patrimônio líquido</b>					
Ativos biológicos	10	226.160	227.899	226.160	227.899	Capital social		104.909	104.909	104.909	104.909
Ativo de direito de uso	15	17.002	-	17.002	-	Ajustes de avaliação patrimonial		159.223	153.456	159.223	153.456
						Reservas de lucros		200.236	187.793	200.236	187.793
		787.497	746.670	819.606	781.139			464.368	446.158	464.368	446.158
<b>Total do ativo</b>		<b>1.103.843</b>	<b>1.112.104</b>	<b>1.137.069</b>	<b>1.149.337</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.103.843</b>	<b>1.112.104</b>	<b>1.137.069</b>	<b>1.149.337</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Adami S/A. - Madeiras

### Demonstrações de resultados

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 30 de junho de 2018.

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
<b>Receita operacional líquida</b>	22	343.898	397.345	346.037	397.345
Custo dos produtos vendidos	23	<u>(229.039)</u>	<u>(305.187)</u>	<u>(229.105)</u>	<u>(305.187)</u>
<b>Lucro bruto</b>		114.859	92.158	116.932	92.158
<b>Outras (despesas) receitas operacionais</b>					
Vendas	23	(51.796)	(44.396)	(52.582)	(44.396)
Administrativas	23	(24.147)	(20.898)	(24.147)	(21.001)
Outras receitas e despesas	24	<u>1.897</u>	<u>(1.546)</u>	<u>1.897</u>	<u>(1.546)</u>
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		40.813	25.318	42.100	25.215
<b>Resultado financeiro</b>					
Receitas financeiras	25	33.198	21.362	33.204	21.421
Despesas financeiras	25	<u>(57.928)</u>	<u>(47.010)</u>	<u>(57.939)</u>	<u>(47.011)</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>		(24.730)	(25.648)	(24.735)	(25.590)
Resultado de equivalência patrimonial	13	6.482	(3.203)	5.303	(3.158)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		22.565	(3.533)	22.668	(3.533)
Imposto de renda e contribuição social	12	(2.465)	-	(2.568)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	<u>11</u>	<u>40</u>	<u>11</u>	<u>40</u>
<b>Resultado do período</b>		<u>20.111</u>	<u>(3.493)</u>	<u>20.111</u>	<u>(3.493)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Adami S/A. - Madeiras

### Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
<b>Resultado do período</b>		20.111	(3.493)	20.111	(3.493)
Hedge accounting líquido dos tributos	27	<u>6.096</u>	<u>(19.791)</u>	<u>6.096</u>	<u>(19.791)</u>
<b>Resultado abrangente do período</b>		<u><u>26.207</u></u>	<u><u>(23.284)</u></u>	<u><u>26.207</u></u>	<u><u>(23.284)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Adami S/A. - Madeiras

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial			Total do patrimônio líquido	
		Capital social	Legal	Retenção	Lucros a realizar	Custo atribuído	Hedge accounting		Lucros acumulados
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		100.000	11.569	56.202	101.704	172.423	-	-	441.898
Aumento de capital		4.909	-	-	-	-	-	-	4.909
Distribuição dividendos		-	-	(2.600)	-	-	-	-	(2.600)
Realização do custo atribuído líquido de tributos		-	-	-	-	(386)	-	386	-
Hedge accounting líquido de tributos		-	-	-	-	-	(19.791)	-	(19.791)
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	-	(3.353)	(3.353)
Resultado do período		-	-	-	-	-	-	(3.493)	(3.493)
<b>Saldos em 30 de junho de 2018</b>		<u>104.909</u>	<u>11.569</u>	<u>53.602</u>	<u>101.704</u>	<u>172.037</u>	<u>(19.791)</u>	<u>(6.460)</u>	<u>417.570</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>104.909</b>	<b>12.918</b>	<b>50.974</b>	<b>123.901</b>	<b>167.536</b>	<b>(14.080)</b>	<b>-</b>	<b>446.158</b>
Distribuição dividendos	21.c	-	-	(2.600)	-	-	-	-	(2.600)
Realização do custo atribuído líquido de tributos		-	-	-	-	(329)	-	329	-
Hedge accounting líquido de tributos	27.b	-	-	-	-	-	6.096	-	6.096
Juros sobre o capital próprio	21.c	-	-	-	-	-	-	(5.397)	(5.397)
Resultado do período		-	-	-	-	-	-	20.111	20.111
<b>Saldos em 30 de junho de 2019</b>		<u>104.909</u>	<u>12.918</u>	<u>48.374</u>	<u>123.901</u>	<u>167.207</u>	<u>(7.984)</u>	<u>15.043</u>	<u>464.368</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



## Adami S/A. - Madeiras

### Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Resultado do período</b>	20.111	(3.493)	20.111	(3.493)
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:</b>				
Depreciação e amortização	12.238	12.576	12.550	12.576
Exaustão	5.436	5.543	5.436	5.543
Provisões para crédito de liquidação duvidosa e contingências	8	(4)	8	(4)
Impostos diferidos	(11)	(40)	(11)	(40)
Variações monetárias, juros e derivativos não realizados	30.354	31.343	40.924	31.491
Resultado na venda de ativos imobilizados	(878)	(144)	(878)	(144)
Equivalência patrimonial	(6.482)	3.203	(5.303)	3.158
	60.776	48.984	72.837	49.087
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				
Contas a receber de clientes	(37.336)	(34.916)	(37.392)	(34.916)
Estoques	(4.498)	(1.040)	(4.498)	(1.040)
Impostos a recuperar	(3.044)	6.566	(3.044)	6.566
Outras contas a receber	(6.536)	(11.679)	(6.367)	(1.994)
Fornecedores	(24.452)	(14.678)	(33.712)	(1.697)
Impostos e contribuições a recolher	2.696	(2.047)	2.709	(2.027)
Outras contas a pagar	3.814	(26.377)	3.815	(26.042)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	(8.580)	(35.187)	(5.652)	(12.063)
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aplicações financeiras	3.691	11.132	3.691	11.132
Aquisições de imobilizado	(35.403)	(12.748)	(43.535)	(42.787)
Aquisições de ativos biológicos	(3.697)	(4.440)	(3.697)	(4.440)
Aquisições de investimentos	-	(208)	-	(208)
Recebimentos de dividendos	1.350	1.000	1.350	1.000
Recebimentos por vendas de ativo imobilizado	878	709	878	709
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	(33.181)	(4.555)	(41.313)	(34.594)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	(4.649)	(4.302)	(4.649)	(4.302)
Empréstimos tomados	16 48.857	204.892	53.779	224.414
Pagamentos de empréstimos (principal e juros)	16 (96.715)	(175.803)	(97.967)	(175.803)
Liquidação de derivativos	27.c 109	-	109	-
Debêntures emitidas	17 15.000	-	15.000	-
Pagamentos de debêntures (principal e juros)	17 (16.012)	(18.410)	(16.012)	(18.410)
Pagamento de arrendamento mercantil	20 (1.426)	-	(1.426)	-
<b>Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamentos</b>	(54.836)	6.377	(51.166)	25.899
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>	(96.597)	(33.365)	(98.131)	(20.758)
<b>Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa</b>				
No início do período	122.495	114.030	125.047	114.034
No fim do período	25.898	80.665	26.916	93.276
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>	(96.597)	(33.365)	(98.131)	(20.758)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## **Notas explicativas às informações contábeis intermediárias**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Adami S/A. Madeiras é uma Companhia de capital fechado com sede na cidade de Caçador (SC), Rua Nereu Ramos, 196, Centro. Tem por objetivo social a industrialização e comercialização de madeiras e seus derivados; a fabricação e comercialização de embalagens em geral; a fabricação, beneficiamento e comercialização de papel e papelão; fabricação e comercialização de pasta mecânica e química de madeira; a agro-pecuária; o reflorestamento e florestamento; o comércio, importação, exportação e distribuição de produtos agrícolas em geral, de qualquer natureza, próprios ou de terceiros, em seus estados in natura, brutos, beneficiados ou industrializados, a prestação de serviços de instalação de produtos de madeira em obras civis, e a participação em outras sociedades.

### **2 Base de preparação**

#### **a. Declaração de conformidade**

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações contábeis intermediárias apresentam-se em milhares de Reais e foram aprovadas pela Diretoria em 23 de agosto de 2019.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as informações contábeis intermediárias.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### **b. Base de mensuração**

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; e
- Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda.

#### **c. Moeda funcional e de apresentação**

Essas informações contábeis intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o mais próximo em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**d. Uso de estimativas e julgamento**

A preparação das informações contábeis intermediárias de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias estão incluídas na nota explicativa 10 - Ativos biológicos e nota explicativa 14 - Imobilizado.

### **3 Principais políticas contábeis**

**a. Mudanças nas principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019, e em decorrência dessa adoção reconheceu novos ativos e passivos para seus arrendamentos das terras utilizadas para plantação de projetos florestais .

A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudou porque a Companhia reconhece um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A Companhia anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

A Companhia adotou o CPC 06(R2), utilizando a abordagem retrospectiva modificada e portanto informação comparativa não foi republicada e continua sendo apresentada de acordo com a norma anterior.

A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que o CPC 06(R2) foi utilizado para todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) e a ICPC 03.

Conforme apresentado nas notas explicativas 15 e 20, na transição para o CPC 06 (R2), em 1º de janeiro de 2019 a Companhia reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento no montante de R\$ 14.553. Como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2), em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, a Companhia reconheceu no período findo em 30 de junho de 2019, despesas de depreciação de R\$ 936 e juros destes arrendamentos de R\$ 1.094, em vez de despesas de arrendamento operacional.

**b. Base de consolidação**

As informações contábeis intermediárias de controladas são incluídas nas informações contábeis intermediárias consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela controladora.

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem a participação de 100% no capital da Chapecozinho Energética S.A. conforme nota explicativa 13.

**(i) Controladas**

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações contábeis intermediárias de controladas são incluídas nas informações contábeis intermediárias consolidadas a partir da data em que obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas informações contábeis intermediárias individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

**(ii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial**

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

**(iii) Transações eliminadas na consolidação**

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das informações contábeis intermediárias consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora na Companhia investida.

**c. Moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e sua controlada pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação e são reconhecidas no resultado.

**d. Instrumentos financeiros**

**(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

**(ii) Classificação e mensuração subsequente:**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e sua controlada podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

*Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio*

A Companhia e sua controlada realizam uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e de suas controladas;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e de suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

*Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros*

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e sua controlada consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e sua controlada consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e sua controlada a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

*Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas*

- **Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- **Instrumentos de dívida a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
- **Instrumentos patrimoniais a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

*Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

**(iii) Desreconhecimento**

*Ativos financeiros*

A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e sua controlada nem transferem e nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

*Passivos financeiros*

A Companhia e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e sua controlada também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**(iv) *Compensação***

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(v) *Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge***

A Companhia e sua controlada mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira.

Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

No início da relação de hedge, para a adoção do “*Hedge Accounting*”, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de hedge. Adicionalmente, no início do hedge e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de hedge usado em uma relação de hedge é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de hedge, atribuível ao risco sujeito a hedge.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como hedge de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas relacionadas à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no exercício em que o item objeto de hedge afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

A contabilização de “*Hedge Accounting*” é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de hedge, o instrumento de hedge vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de hedge. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado.



Os derivativos não designados como instrumentos de hedge são classificados como ativo ou passivo de acordo com fluxo de vencimento.

**e. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

**f. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e sua controlada incluem o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e, quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e sua controlada e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia e sua controlada irão obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são:

Edificações	10 a 80 anos
Máquinas e equipamentos	3 a 20 anos
Móveis, utensílios e instalações	10 a 20 anos
Veículos	3 a 15 anos
Bens adquiridos por <i>leasing</i>	5 a 10 anos
Equipamentos de processamento de dados	10 anos
Outros ativos fixos	5 anos

Pela adoção do custo atribuído, assim como requerido pela interpretação técnica ICPC 10 e pelo CPC 27, a Companhia assumiu, em 1º de janeiro de 2009, a vida útil reavaliada para os ativos imobilizados que tiveram seu custo alterado pela adoção do custo atribuído.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**g. Ativos biológicos**

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A madeira em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

**h. Redução ao valor recuperável - (*Impairment*)**

**(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir ou não o pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido e indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia e sua controlada consideram evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer

perda de valor que tenha ocorrido mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros como estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**i. Ativo de direito de uso e arrendamentos**

A Companhia adotou o CPC 06(R2) Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019.

A nova política contábil aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, onde no início do contrato a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento.

Um contrato é, ou contém, um arrendamento se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de pagamentos, para o qual é necessário avaliar se: (i) o contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado; (ii) a Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o período do contrato; e (iii) a Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo. Significa que a Companhia tem o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado em ou antes da data de início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido. O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o final da vida útil do direito de uso ou o término do prazo do arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se a taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa de empréstimo incremental.

Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando existir mudança (i) nos pagamentos futuros decorrente de uma mudança no índice ou taxa (ii) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido ou (iii) mudanças na avaliação se a Companhia de que exercerá a opção de compra, prorrogação ou rescisão. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso ou no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa ao longo do período do arrendamento.

**j. Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e sua controlada tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**k. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

**l. Receita operacional de venda de bens**

A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018, o qual estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

- (1) Identificar o contrato com o cliente
- (2) Identificar as obrigações de desempenho no contrato
- (3) Determinar o preço das transações
- (4) Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho
- (5) Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho

Sendo assim, a receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

**m. Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

**n. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado;

**(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de informações contábeis intermediárias e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o

montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

#### **4 Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

**a. Ativos financeiros não derivativos**

O valor justo de contas a receber de clientes por representar valores que serão recebidos no curto prazo, está representado pelo valor contábil. Os mutuos com partes relacionadas são avaliadas no momento inicial pelo valor contratual, o qual é equivalente ao valor presente. Sobre estes montantes não existem riscos de crédito.

**b. Passivos financeiros não derivativos**

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, apurados na data de apresentação das informações contábeis intermediárias.

**c. Ativos biológicos**

Referem-se às florestas de pinus mantidas pela Companhia para atividade madeireira e produção de papel e embalagens de papelão ondulado, são mensuradas a custo histórico até o sexto ano, e valorizados a valor justo as florestas com ciclo maior que sete anos, pelo preço de mercado.

**d. Instrumentos financeiros derivativos**

Avaliado a valor justo com base em informações da instituição financeira contraparte.

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	629	1.663	629	4.215
Aplicações financeiras	25.269	120.832	26.287	120.832
	25.898	122.495	26.916	125.047

Aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários com rendimentos baseados na variação da taxa do CDI, são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essas razões, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

## 6 Aplicações financeiras - controladora e consolidado

Aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários com rendimentos baseados na variação da taxa do CDI, e estão vinculados a garantia de contratos de financiamentos e fiança bancária.

## 7 Contas a receber de clientes

	Controladora	
	30/06/2019	31/12/2018
No País	138.310	107.215
No Exterior	13.176	6.479
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.739)	(3.747)
(-) Recebíveis cedidos ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (nota explicativa 26)	(64.779)	(64.315)
	82.968	45.632

A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora	
	30/06/2019	31/12/2018
A vencer	70.974	33.670
Vencidos há 30 dias	5.829	6.820
Vencidos de 31 a 60 dias	605	86
Vencidos de 61 a 90 dias	154	39
Vencidos de 91 a 180 dias	636	253
Vencidos há mais de 180 dias	8.509	8.511
	86.707	49.379
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.739)	(3.747)
	82.968	45.632

## Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	<b>Controladora</b>	
	<b>30/06/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Saldo inicial no início do período	3.747	3.759
Baixas	(8)	(12)
Saldo no final do período	3.739	3.747

As despesas com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa são registradas na demonstração de resultado.

### Garantias

Em 30 de junho de 2019 a Companhia e sua controlada possuem o valor de R\$ 2.084 (R\$ 7.756 em 31 de dezembro de 2018) de duplicatas a receber de clientes dados em garantia de empréstimos e financiamentos.

## 8 Estoques

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>30/06/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Matérias-primas e materiais auxiliares	32.767	27.942
Almoxarifado	23.537	22.875
Produtos acabados-madeira	8.277	7.753
Produtos acabados-embalagem	2.957	3.940
Produtos em elaboração	511	629
Adiantamentos a fornecedores	2.405	4.451
Outros	7.429	5.795
	77.883	73.385

A Companhia realiza o acompanhamento do valor realizável dos estoques, levando em consideração a necessidade de provisão para perdas decorrente do menor valor entre o valor líquido de custo e o valor líquido realizável. Durante o ano de 2019, a Administração considerou não haver necessidade constituição de provisão para perdas com estoques.

## 9 Impostos a recuperar

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>30/06/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
ICMS à recuperar	4.692	4.100
IPI à recuperar	5.605	3.990
IRPJ à recuperar	26.447	24.452
CSLL à recuperar	2.422	3.678
Outros impostos à recuperar	219	121
	39.385	36.341
Circulante	34.071	30.158
Não Circulante	5.314	6.183



A Companhia obteve êxito em processo judicial que transitou em julgado em 15 de abril de 2019, no qual pleiteava a exclusão dos valores relativos ao ICMS que compõem as bases de cálculo do Pis e da Cofins. Diante dessa decisão a Companhia obteve o direito de excluir da base de cálculo do Pis e da Cofins o valor relativo ao ICMS do produto, a partir da competência abril/2002. A Companhia está em processo de levantamento dos valores relativos aos créditos, para em seguida providenciar a habilitação do crédito junto a Receita Federal. A Companhia não teve tempo hábil para cumprir com estas etapas e refletir o registro contábil dos créditos até a emissão destas informações financeiras intermeditárias.

## **10 Ativos biológicos - controladora e consolidado**

Os ativos biológicos da Companhia e sua controlada compreendem o cultivo e plantio de florestas de pinus e eucalipto para abastecimento de matéria- prima na atividade madeireira, produção de portas e de papel e embalagens de papelão ondulado.

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preço da madeira, plano de colheita das florestas e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

### **a. Premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos**

A Companhia e sua controlada reconhecem seus ativos biológicos a valor justo seguindo as seguintes premissas em sua apuração:

- (i) São mantidas a custo histórico as florestas de pinus e eucalipto até o sexto ano de plantio, em decorrência do entendimento da administração de que durante esse período, o custo histórico melhor representa o valor justo desses ativos biológicos;
- (ii) As florestas, a partir do 7º ano de plantio, são valorizadas por seu valor justo, considerando o inventário florestal em cada data base, valorizado a preço de mercado da madeira em pé, o qual reflete o preço de venda do ativo menos os custos necessários para colocação do produto em condições de venda ou consumo; e
- (iii) Os preços dos ativos biológicos, denominados em R\$/metro cúbico são obtidos através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas. Os preços obtidos são ajustados deduzindo-se os custos de capital referente a terras, em decorrência de tratarem-se de ativos contribuintes para o plantio das florestas e demais custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo.

**b. Movimentação dos ativos biológicos**

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	245.648
Novas plantações	9.640
Aquisições	1.142
(-) Exaustão (a)	(39.495)
Ajuste ao valor justo (b)	59.756
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	276.691
Novas plantações	3.697
(-) Exaustão	(5.436)
<b>Saldo em 30 de junho de 2019</b>	<b>274.952</b>
Circulante	48.792
Não circulante	226.160

- (a) Do valor total exaurido em 2018, o montante de R\$ 26.124, o qual líquido dos efeitos tributários corresponde a R\$ 17.242, refere-se a exaustão da parcela do ajuste de valor justo das florestas e foram realizados da reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido.
- (b) Os valores de ajuste ao valor justo em 2018, líquidos dos efeitos tributários resultaram em R\$ 39.439, foram contabilizados no resultado do exercício na rubrica custo dos produtos vendidos e foram transferidos para reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido de 2018. O ajuste a valor justo é registrado ao final de cada exercício societário conforme previsto no CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola.

A exaustão dos ativos biológicos dos períodos foi apropriada ao custo de produção, após alocação nos estoques mediante colheita das florestas e utilização no processo produtivo.

O ativo biológico classificado no circulante corresponde a estimativa da administração para a extração de árvores nos próximos 12 meses.

Em 30 de junho de 2019, florestas no valor de R\$ 77.805 (R\$ 55.785 em 31 de dezembro de 2018), estão vinculadas a penhor agrícola registrada para garantir empréstimos bancários.

**11 Depósitos judiciais e provisão para contingências**

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>30/06/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Depósitos judiciais</b>		
Tributários	5.925	5.925
Trabalhista	2.345	1.849
	8.270	7.774
<b>Provisão para contingências</b>		
Trabalhista	1.296	1.296
Cíveis	967	967
	2.263	2.263

A provisão para contingências é constituída para atender às prováveis perdas de processos fiscais, tributários, trabalhistas e ambientais contra os quais foram interpostos recursos.

### **Contingências possíveis**

A Companhia e sua controlada são partes em ações judiciais e processos administrativos, que se encontram em diversas instâncias, referentes a questões cíveis, tributárias e trabalhistas oriundas do curso normal de seu negócio.

Em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 a Companhia e sua controlada possuem processos no montante total estimado de R\$ 21.604, cuja opinião dos consultores jurídicos é que o risco de perda é possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem a sua contabilização.

## **12 Impostos de renda e contribuição social**

### **a. Imposto de renda e contribuição social diferidos**

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>30/06/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Ativo não circulante</b>		
Provisão para contingências	769	769
Provisão para comissões	834	788
Provisão para <i>impairment</i> (nota explicativa 14)	3.354	3.354
Prejuízo fiscal imposto de renda pessoa jurídica	8.222	9.017
Base de cálculo negativa contribuição social lucro líquido	2.960	3.246
Hedge accounting	4.113	7.253
Outras provisões temporárias	2.938	2.066
	23.190	26.493
<b>Passivo não circulante</b>		
Custo atribuído	(76.867)	(76.912)
Ativo biológico (nota explicativa 10)	(63.829)	(63.829)
Reavaliação do ativo imobilizado realizada antes da adoção custo atribuído	(9.225)	(9.395)
Outras receitas temporárias	(2.237)	(2.196)
	(152.158)	(152.332)
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos</b>	(128.968)	(125.839)

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são calculados sobre adições temporárias e sobre prejuízos fiscais e base negativa de imposto de renda. As diferenças temporárias serão realizadas na proporção da solução final das contingências e eventos a que se referem e os prejuízos fiscais e base negativa de imposto de renda estão baseados na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e histórico de rentabilidade. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados de forma líquida, por corresponderem a mesma entidade tributária e por poderem ser compensados entre si.

**b. Demonstração do imposto de renda e contribuição social no resultado - controladora**

	<b>30/06/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Lucro antes dos impostos	22.565	34.304
Alíquota básica	34%	34%
Despesa calculada pelas alíquotas fiscais	(7.672)	(11.663)
<b>(Adições) e exclusões permanentes</b>		
Juros sobre capital próprio	1.835	3.721
Equivalência patrimonial	(2.204)	(2.001)
Outras (adições) exclusões	5.587	2.615
Despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social	(2.454)	(7.328)
Alíquota efetiva	11%	20%

## 13 Investimentos

	<b>Passos Maia Energética S.A (a)</b>	<b>Chapecozinho Energética S.A (b)</b>	<b>Cia Bom Sucesso de Eletricidade (c)</b>	<b>Outros</b>	<b>Total em 30/06/2019</b>	<b>Total em 31/12/2018</b>
<b>Valores das investidas</b>	31.747	12.792	4.011	1.508	50.058	32.791
Patrimônio líquido	63.494	1.156	6.475	5	71.130	59.355
Resultado do período	10.592	1.179	30	(4)	-	-
Participação no capital em %	50%	100%	32,09%	-	-	-
<b>Movimentação dos investimentos</b>						
Saldos dos investimentos no início do período	26.451	(22)	2.075	4.287	32.791	27.519
Dividendos creditados/recebidos	-	-	-	-	-	(1.350)
Aumento de capital	-	11.636	1.925	(2.522)	11.039	-
Aquisições	-	-	-	255	255	737
Resultado de equivalência patrimonial	5.296	1.179	7	-	6.482	5.885
Saldos dos investimentos no fim do período	<u>31.747</u>	<u>12.793</u>	<u>4.007</u>	<u>2.020</u>	<u>50.567</u>	<u>32.791</u>

- (a) A PCH - Passos Maia é um Pequena Central Hidrelétrica com capacidade de geração de energia de 25 MW. De acordo com o CPC 19 (R2), a Companhia classificou seu investimento em negócios em conjunto como empreendimentos controlados em conjunto e o mantém avaliado por equivalência patrimonial.
- (b) A PCH - Chapecozinho Energética é uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) na qual foram investidos R\$ 45.000, o início das suas operações ocorreu em março de 2019. Esta PCH tem capacidade de geração de energia de 9 MW, por um período de autorização de 35 anos.
- (c) A Companhia possui participação de 32,09% na coligada Cia. Bom Sucesso de Eletricidade, sendo esta uma unidade geradora de energia com capacidade de geração de 5,5 MW, e que fornece cerca de 30% de sua produção para a Adami S/A. - Madeiras. O restante da energia produzida é fornecida ao acionista controlador.

Os saldos dos investimentos nas coligadas Passos Maia Energética S.A. e Cia Bom Sucesso de Eletricidade, acrescido de outros investimentos, compõem o saldo de investimentos das demonstrações financeiras consolidadas.

## 14 Imobilizado

### Movimentação do custo e depreciação - controladora

Movimentação do custo	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis, utensílios e instalações	Veículos	Bens adquiridos por leasing	Equipamentos de processamento de dados	Outros ativos fixos	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedor	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	178.776	141.300	400.328	3.116	7.969	21.221	3.951	1.941	9.160	678	768.440
Adições	-	44	164	217	611	5.060	396	28	11.090	14.651	32.261
Baixas	-	(359)	(5.646)	(20)	(1.579)	(2.118)	(5)	-	-	-	(9.727)
Transferências	-	2.339	12.287	-	565	-	127	-	(3.784)	(11.534)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<u>178.776</u>	<u>143.324</u>	<u>407.133</u>	<u>3.313</u>	<u>7.566</u>	<u>24.163</u>	<u>4.469</u>	<u>1.969</u>	<u>16.466</u>	<u>3.795</u>	<u>790.974</u>
Adições	-	136	811	54	1	-	1.036	2.198	1.352	29.815	35.403
Baixas	(147)	(1.816)	(612)	-	(223)	(1.065)	-	(387)	-	-	(4.250)
Transferências	-	1.234	21.434	-	225	-	272	-	(3.976)	(19.189)	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2019</b>	<u>178.629</u>	<u>142.878</u>	<u>428.766</u>	<u>3.367</u>	<u>7.569</u>	<u>23.098</u>	<u>5.777</u>	<u>3.780</u>	<u>13.842</u>	<u>14.421</u>	<u>822.127</u>
<b>Movimentação da depreciação</b>											
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	-	34.421	267.662	2.177	6.025	17.069	2.740	460	-	-	330.554
Depreciação no período	-	4.148	23.293	186	685	2.234	453	128	-	-	31.127
Baixa	-	(158)	(3.537)	(20)	(1.328)	(2.118)	(4)	-	-	-	(7.165)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	-	38.411	287.418	2.343	5.382	17.185	3.189	588	-	-	354.516
Depreciação no período	-	1.478	8.815	94	372	421	256	59	-	-	11.495
Baixa	-	(785)	(577)	-	(223)	(1.065)	-	-	-	-	(2.650)
<b>Saldos em 30 de junho de 2019</b>	<u>-</u>	<u>39.104</u>	<u>295.656</u>	<u>2.437</u>	<u>5.531</u>	<u>16.541</u>	<u>3.445</u>	<u>647</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>363.361</u>
<b>Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2018</b>	178.776	104.913	119.715	970	2.184	6.978	1.280	1.381	16.466	3.795	436.458
<b>Saldos líquidos em 30 de junho de 2019</b>	178.629	103.774	133.110	930	2.038	6.557	2.332	3.133	13.842	14.421	458.766

### Movimentação do custo e depreciação - consolidado

Movimentação do custo	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis, utensílios e instalações	Veículos	Bens adquiridos por leasing	Equipamentos de processamento de dados	Outros ativos fixos	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedor	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	178.776	141.300	400.328	3.116	7.969	21.221	3.951	1.941	12.697	3.986	775.285
Adições	-	44	1.902	217	611	5.060	396	14.486	23.176	31.155	77.047
Baixas	-	(359)	(5.646)	(20)	(1.579)	(2.118)	(5)	-	-	-	(9.727)
Transferências	-	2.339	12.306	-	565	-	127	(3.430)	7.650	(19.557)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	178.776	143.324	408.890	3.313	7.566	24.163	4.469	12.997	43.523	15.584	842.605
Adições	-	136	839	56	1	-	1.036	3.848	4.631	32.988	43.535
Baixas	(147)	(1.816)	(612)	-	(223)	(1.065)	-	(387)	-	(8.122)	(12.372)
Transferências	-	20.961	47.550	11	225	-	272	(12.676)	(31.892)	(24.451)	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2019</b>	<u>178.629</u>	<u>162.605</u>	<u>456.667</u>	<u>3.380</u>	<u>7.569</u>	<u>23.098</u>	<u>5.777</u>	<u>3.782</u>	<u>16.262</u>	<u>15.999</u>	<u>873.768</u>
<b>Movimentação da depreciação</b>											
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	-	34.421	267.662	2.177	6.025	17.069	2.740	460	-	-	330.554
Depreciação no período	-	4.148	23.293	186	685	2.234	453	128	-	-	31.127
Baixa	-	(158)	(3.537)	(20)	(1.328)	(2.118)	(4)	-	-	-	(7.165)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	-	38.411	287.418	2.343	5.382	17.185	3.189	588	-	-	354.516
Depreciação no período	-	1.478	9.126	94	372	421	256	59	-	-	11.806
Baixa	-	(785)	(577)	-	(223)	(1.065)	-	-	-	-	(2.650)
<b>Saldos em 30 de junho de 2019</b>	-	<u>39.104</u>	<u>295.967</u>	<u>2.437</u>	<u>5.531</u>	<u>16.541</u>	<u>3.445</u>	<u>647</u>	-	-	<u>363.672</u>
<b>Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2018</b>	178.776	104.913	121.472	970	2.184	6.978	1.280	12.409	43.523	15.584	488.089
<b>Saldos líquidos em 30 de junho de 2019</b>	178.629	123.501	160.700	943	2.038	6.557	2.332	3.135	16.262	15.999	510.096

### **Garantias**

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro 2018 propriedades no valor de R\$ 122.031 estão vinculadas a fiança registrada para garantir empréstimos bancários.

### **Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados**

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Companhia possui o montante total de R\$ 9.865 de provisão para *impairment* de máquinas e equipamentos registrado em anos anteriores, cujo o uso está sendo avaliado pela Administração.

A Administração não identificou necessidade de complemento da provisão para *impairment* para o período apresentado.

## **15 Ativos de direito de uso – controladora e consolidado**

### **Composição e movimentação**

	<u>Arrendamento de terras</u>
<b>Ativo direito de uso</b>	
<b>Custo</b>	
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2019	14.553
Adições	<u>3.385</u>
<b>Saldo em 30 de junho de 2019</b>	<u><b>17.938</b></u>
	<u>Arrendamento de terras</u>
<b>Depreciação</b>	
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2019	-
Depreciação no período	<u>936</u>
<b>Saldo em 30 de junho de 2019</b>	<u><b>936</b></u>
<b>Valor contábil líquido</b>	
Em 01 de janeiro de 2019	14.553
Em 30 de junho de 2019	17.002

Os ativos de direito de uso referen-se a terras para o cultivo de florestas cujos contratos de arrendamento possuem prazo médio de 18 anos.

A Companhia possui como prática a realização de avaliação de *impairment* dos contratos vigentes, e para o período findo em 30 de junho de 2019, não foi identificado necessidade de constituir provisão de *impairment* para os contratos vigentes.



## 16 Empréstimos e financiamentos

<b>Controladora</b>			
	<b>Encargos em 30/06/2019</b>	<b>30/06/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Moeda nacional</b>			
Financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos	6,0% à 13,61% a.a. ou 5,9% à 7,26% a.a. + TJLP ou 9,5% a.a.+ cesta de moedas	14.582	7.116
Arrendamento mercantil	8,03% a.a. ou 5,2927% a.a. + CDI	4.573	5.115
Capital de giro	4% a.a. + CDI ou 4,5% a.a. + TLP	<u>32.184</u>	<u>38.410</u>
Total moeda nacional		<u>51.339</u>	<u>50.641</u>
<b>Moeda estrangeira</b>			
Financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos	6,15% a.a. + variação cambial	3.990	4.810
Capital de giro	5,122% à 5,5% a.a. + libor + variação cambial ou 7,5% a.a. + variação cambial	55.750	74.340
Adiantamento Contrato Câmbio	6,7% à 8,4% a.a. + variação cambial	78.692	40.719
Pré-pagamento de exportação	5,26% à 6,0% a.a. + libor + variação cambial	<u>72.963</u>	<u>130.251</u>
Total moeda estrangeira		<u>211.395</u>	<u>250.120</u>
Total de empréstimos e financiamentos		<u>262.734</u>	<u>300.761</u>
Circulante		118.835	123.760
Não circulante		143.899	177.001
<b>Consolidado</b>			
	<b>Encargos em 30/06/2019</b>	<b>30/06/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Moeda nacional</b>			
Financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos	6,0% à 13,61% a.a. ou 5,9% à 7,26% a.a. + TJLP ou 9,5% a.a.+ cesta de moedas	45.997	33.292
Arrendamento mercantil	8,03% a.a. ou 5,2927% a.a. + CDI	4.573	5.115
Capital de giro	4% a.a. + CDI ou 4,5% a.a. + TLP	<u>32.184</u>	<u>38.410</u>
Total moeda nacional		<u>82.754</u>	<u>76.817</u>
<b>Moeda estrangeira</b>			
Financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos	6,15% a.a. + variação cambial	3.990	4.810
Capital de giro	5,122% à 5,5% a.a. + libor + variação cambial ou 7,5% a.a. + variação cambial	55.750	74.340
Adiantamento Contrato Câmbio	6,7% à 8,4% a.a. + variação cambial	78.692	40.719
Pré-pagamento de exportação	5,26% à 6,0% a.a. + libor + variação cambial	<u>72.963</u>	<u>130.251</u>
Total moeda estrangeira		<u>211.395</u>	<u>250.120</u>
Total de empréstimos e financiamentos		<u>294.149</u>	<u>326.937</u>
Circulante		120.467	124.041
Não circulante		173.682	202.896

Os empréstimos e financiamentos foram contratados objetivando o financiamento do capital de giro e a expansão do parque industrial. Como garantia dos financiamentos, foram cedidos em cessão fiduciária duplicatas e foram alienados fiduciariamente máquinas e equipamentos e uma propriedade.

Em 30 de junho de 2019, as parcelas do não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
2020	34.681	75.480
2021	17.912	17.686
2022	16.270	16.111
Após 2022	75.036	93.619
	143.899	173.682

Os empréstimos e financiamentos possuem cláusulas que requerem o cumprimento de “debt covenants”, apurados com base nas demonstrações financeiras anuais, os quais foram integralmente atingidos em 2018.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	<b>Controladora</b>						
	Alterações caixa				Alterações não caixa		
	Saldo em 31/12/18	Novas Captações	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Despesas com juros	Variação cambial e outros	Saldo da dívida em 30/06/19
Empréstimos e financiamentos	300.761	48.857	83.947	12.768	12.079	(2.248)	262.734
	<b>Consolidado</b>						
	Saldo em 31/12/18	Novas Captações	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Despesas com juros	Variação cambial e outros	Saldo da dívida em 30/06/19
Empréstimos e financiamentos	326.937	53.779	83.947	14.020	13.511	(2.111)	294.149

## 17 Debêntures

Em junho de 2018, a Companhia efetuou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real e fidejussória, em Série Única, com vencimento final em 01 de junho de 2023, no montante de até R\$ 150.000 correspondentes a 150.000 debêntures. A 2ª emissão de debêntures simples foi aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de maio de 2018 e possui as seguintes características, (i) é remunerada por juros correspondentes a variação acumulada de 100% (cem por cento) do depósito interbancário (DI), acrescida de sobretaxa de 4% ao ano e (i) será amortizada em 17 parcelas trimestrais, com vencimento de julho de 2019 a julho de 2023

- **Montante:** até R\$ 150.000.000 correspondentes a 150.000 debêntures;
- **Data:** (a) emissão: 01 de junho de 2018 e (b) vencimento: 01 de junho de 2023;
- **Amortização:** Em 17 parcelas iguais trimestrais, a partir do décimo segundo mês, contados da data de emissão;

- **Remuneração:** juros correspondentes a variação acumulada de 100% (cem por cento) do depósito interbancário (DI), acrescida de sobretaxa de 4% ao ano; e
- **Pagamento da remuneração:** 20 parcelas trimestrais, com vencimento de setembro de 2018 a junho de 2023.

As debêntures possuem cláusulas restritivas relacionadas a índices econômicos e financeiros que devem ser apurados com base nas demonstrações financeiras anuais. Sendo, liquidez corrente igual ou maior que 1,0 e relação entre dívida líquida e *ebitda* igual ou menor que 3,0, os quais foram integralmente atingidos em 31 de dezembro de 2018.

Durante o ano de 2018 os debenturistas subscreveram 135.000 debêntures equivalente ao montante de R\$ 135.000, e em 2019 os debenturistas subscreveram o saldo remanescente de 15.000 debêntures equivalentes ao montante de R\$ 15.000, totalizando a subscrição de 150.000 de debêntures equivalente ao montante total de R\$ 150.000.

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora e Consolidado					
	Alterações caixa				Alterações não caixa	
	Saldo em 31/12/18	Novas Captações	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Despesas com juros	Saldo da dívida em 30/06/19
2ª emissão	136.034	15.000	8.823	7.189	7.236	142.258

## 18 Partes relacionadas

### a. Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração é composto pelos diretores e a remuneração paga pelos serviços em 30 de junho de 2019 foi de R\$ 4.147 (R\$ 3.878 em 30 de junho de 2018).

### b. Transações e saldos

Em 30 de junho de 2019 a Companhia possui R\$ 9.748 (R\$ 23.132 em dezembro de 2018) de mútuo a receber de partes relacionadas, registradas em seu ativo não circulante. Este saldo está composto principalmente pelo valor a receber de R\$ 6.060 da controlada Chapecozinho Energética S/A que entrou em operação em março de 2019.

## 19 Adiantamento de clientes

Em 30 de junho de 2019 a Companhia possui R\$ 516 (R\$ 249 em dezembro 2018) de adiantamento de clientes decorrente de negociações realizadas no curso normal de suas operações. Os montantes foram recebidos em Reais e não estão sujeitos a atualização.

## 20 Arrendamentos mercantis

Em 30 de junho de 2019 a Companhia possuía 42 contratos de arrendamento de terras para plantio de florestas. Os valores mínimos a pagar dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação. Os contratos, em sua maioria, possuem prazos de duração de dezoito anos com a opção de renovação após essa data.

O tratamento contábil para esses contratos foi alterado a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme mencionado na nota explicativa 3.i. Os contratos caracterizados como arrendamento, de acordo com CPC 06 (R2), passaram a ser registrados como Ativos de Direito de Uso e Passivo de Arrendamento. Os demais contratos permaneceram registrados de acordo com a competência da despesa.

Na adoção inicial do CPC 06 (R2), a taxa média ponderada de desconto utilizada foi de 0,840%.

**a. Movimentação de passivo de arrendamento**

	Controladora e consolidado			Total
	Adições	Juros apropriados	Pagamentos de principal e juros	
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2019</b>	14.553	-	-	14.553
Arrendamento de terras	3.385	1.094	(1.426)	3.053
<b>Saldo em 30 de junho de 2019</b>	<b>17.938</b>	<b>1.094</b>	<b>(1.426)</b>	<b>17.606</b>
Circulante				2.039
Não Circulante				15.567

**b. Estimativas de realização**

	Passivo de arrendamento	Juros	Valor presente dos passivos de arrendamento
2020	3.089	(1.043)	2.046
2021	3.089	(1.043)	2.046
2022	3.089	(1.043)	2.046
2023	3.089	(1.043)	2.046
Após 2023	16.159	(6.737)	9.422
<b>Saldo em 30 de junho de 2019</b>	<b>28.515</b>	<b>(10.909)</b>	<b>17.606</b>

## 21 Patrimônio líquido

**a. Capital social**

O Capital social subscrito e integralizado está representado em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 por um total de 215.241 ações ordinárias sem valor nominal divididos entre os acionistas da seguinte forma:

	%
Vanira Tereza Gomes Adami	30,2539
Jose Adami Neto	19,2623
Victor Batista Adami Filho	17,4896
Diva Adami Telck	13,5800
Mauricio Roberto Adami Telck	7,4809
Mariane Aparecida Telck Adami de A. Pereira	4,5266
Marilia Regina Abdalla Telck	4,5266
Maria Beatriz Adami Rotta	2,8801
	<b>100,00</b>

**b. Reserva de lucros**

***Reserva legal***

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76.

***Retenção***

É destinada a aplicação em investimentos para expansão e ao reforço de capital de giro.

***Reserva de lucros a realizar***

A reserva de lucros a realizar registra os efeitos do reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos, líquidos dos efeitos tributários, os quais ainda não foram realizados econômica e financeiramente. Quando da realização efetiva dos ativos biológicos através da exaustão, a parcela exaurida é transferida da reserva de lucros a realizar para lucros acumulados.

**c. Dividendos e juros sobre capital próprio**

Aos acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado por aumentos ou reduções de reservas conforme estabelecido no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 2019, a Companhia creditou aos seus acionistas juros sobre capital próprio no montante de R\$ 4.588, líquido do imposto de renda na fonte de R\$ 809, o qual foi calculado considerando o limite de variação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP nos termos da Lei 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores e considerando o limite de 50% dos lucros acumulados. O total de juros foi contabilizado em despesas financeiras conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas informações contábeis intermediárias, esses juros foram revertidos da Demonstração do Resultado para o Patrimônio Líquido, sendo apresentados nas destinações de resultados.

Em Assembléia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2019, foi aprovada a distribuição de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 2.600, referente a lucros de exercícios anteriores.

**d. Ajuste de avaliação patrimonial**

**(i) *Custo Atribuído***

Refere-se ao valor do custo atribuído adotado para determinados bens do ativo imobilizado reconhecido pela Companhia em 1 de janeiro de 2009, líquido dos efeitos tributários registrados no passivo não circulante como imposto de renda e contribuição social diferidos.

A realização do ajuste de avaliação patrimonial contra a conta de lucros acumulados é realizada quando da alienação ou depreciação dos bens a que se referem.

**(ii) *Hedge***

Refere-se a parcela efetiva da variação líquida acumulada do valor justos dos instrumentos de hedge utilizados em hedge de fluxo de caixa até o reconhecimento dos fluxos de caixa que foram protegidos (nota explicativa 27.c)

Os valores registrados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, no memo período em que o item objeto de hedge afeta o resultado.

## 22 Receita operacional líquida

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida nas demonstrações de resultados:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Venda de produtos e serviços	415.909	464.288	415.909	464.288
Venda de energia elétrica	-	-	2.220	-
Receita Bruta	415.909	464.288	418.129	464.288
Dedução de vendas	(72.011)	(66.943)	(72.092)	(66.943)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>343.898</b>	<b>397.345</b>	<b>346.037</b>	<b>397.345</b>

## 23 Despesas por natureza - controladora

	Controladora	
	30/06/2019	30/06/2018
Matéria prima e materiais de uso e consumo	117.819	201.699
Despesas com pessoal	65.024	60.965
Despesas com frete	26.141	21.916
Depreciações e amortizações	11.302	12.576
Exaustão	5.436	5.543
Suprimentos Industriais	13.376	12.616
Manutenção	11.656	9.784
Energia Elétrica	12.606	10.926
Despesas com comissões	4.595	4.927
Benefícios a empregados	4.820	4.309
Outras receitas e despesas	32.207	25.220
	304.982	370.481
<b>Classificação por função</b>		
Custo dos produtos vendidos	229.039	305.187
Vendas	51.796	44.396
Administrativas	24.147	20.898
	304.982	370.481

## 24 Outras receitas e despesas

	Controladora e consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018
Ganho líquido na alienação de bens	877	448
Ganho tributário	605	-
Outras receitas/despesas	415	(1.994)
	1.897	(1.546)

## 25 Receitas financeiras e despesas financeiras

	<b>Controladora</b>	
	<b>30/06/2019</b>	<b>30/06/2018</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Variações cambiais ativas	24.935	15.590
Juros de aplicações financeira	3.948	1.953
Ganhos com derivativos (nota explicativa 27.c)	3.741	2
Variações monetárias ativas	-	65
Outras receitas financeiras	574	3.752
	33.198	21.362
<b>Despesas financeiras</b>		
Variações cambiais passivas	(31.099)	(26.260)
Juros	(25.007)	(19.662)
Variações monetárias passivas	(99)	(301)
Outras despesas financeiras	(629)	(787)
Juros sobre arrendamento de terras (nota explicativa 20)	(1.094)	-
	(57.928)	(47.010)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	(24.730)	(25.648)

## 26 Fundo de Investimentos em direitos creditórios

Em dezembro de 2017, foram iniciadas as operações do FIDC Adami - Adami Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios, cujo objeto definido em regulamento é o Investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Resolução CMN nº 2.907/2001, pelas Instruções CVM nº 356/01, pelo Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com a finalidade específica de adquirir direitos creditórios de titularidade da Companhia. O FIDC Adami tem vida operacional indefinida, com o pagamento final das cotas em 13 de dezembro de 2022 e caso não haja novos aportes, o fundo será liquidado após a amortização total das cotas.

A estrutura de patrimônio do FIDC Adami, em 30 de junho de 2019 está assim representada:

<b>Quotas</b>	<b>30/06/2019</b>	<b>%</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>%</b>
Cotas sênior	57.537	83%	60.658	83%
Cotas subordinadas mezanino	9.694	13%	9.279	13%
Cotas subordinadas júnior	1.872	4%	1.959	4%
	69.103		71.896	

A Companhia é detentora das cotas subordinadas mezanino as quais não podem ser negociadas no mercado secundário e possuem rendimentos baseados na variação da taxa do CDI, acrescidos de 2,80% ao ano.

Em 30 de junho de 2019, o balanço patrimonial do FIDC Adami está assim composto:

<b>Ativo</b>	<b>30/06/2019</b>	<b>Passivo</b>	<b>30/06/2019</b>
Equivalentes de caixa	804	Contas a pagar	65
Aplicações financeiras	3.620	Patrimônio líquido	<u>69.103</u>
Contas a receber	64.183		
Outros	<u>561</u>		
	<u>69.168</u>		<u>69.168</u>

A Companhia realizou a avaliação da estrutura do fundo com o objetivo analisar uma eventual necessidade de consolidação com base no CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e considera que de acordo com o regulamento do fundo a Companhia não possui o controle por não exercer poder sobre as atividades relevantes do mesmo e não possuir exposição a variabilidade de retornos.

A Companhia avaliou os critérios para o desreconhecimento de ativos financeiros cedidos ao fundo conforme o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39) e entre os principais critérios considerados está a participação de 3% referente as cotas subordinadas junior, que se subordinam às cotas seniores e às cotas mezanino para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do fundo, a qual possui histórico de perda de 2,79% na carteira cedida. Em caso de perda, as cotas junior irão absorver primeiramente esses prejuízos. Com base nesta avaliação e em outros fatores da operação, a Companhia realizou o desreconhecimento dos títulos por considerar que sua cessão ocorre sem direito de regresso e sem coobrigação.

## **27 Instrumentos financeiros**

A Companhia e sua controlada mantém operações com instrumentos financeiros principalmente caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias e políticas operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e sua controlada não efetuam transações em caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2019 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.



**a. Instrumentos financeiros – valor justo**

Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de junho de 2019 e correspondem, substancialmente, ao seu valor de mercado. Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 30 de junho são:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
<b>Custo amortizado</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	25.898	122.495	26.916	125.047
Aplicações financeiras	29.813	33.504	29.813	33.504
Contas a receber de clientes	82.968	45.632	83.024	45.632
Fundo de investimentos em direitos creditórios	9.694	8.452	9.694	8.452
Fornecedores	48.634	73.086	50.332	84.044
Empréstimos e financiamentos - circulante e não circulante	262.734	300.761	294.149	326.937
Debêntures - circulante e não circulante	142.258	136.034	142.258	136.034

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras** - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.
- **Contas a receber de clientes e fornecedores** - Decorrem diretamente das operações da Companhia e sua controlada, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante. Os saldos classificados em outras contas a receber que se referem ao valor justo de instrumentos financeiros derivativos não estão incluídos nesse valor.
- **Empréstimos e financiamentos, e debêntures** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas variáveis / pós fixadas que se equivalem às taxas de mercado.

Os Diretores são responsáveis por supervisionar a gestão dos riscos que a Companhia está exposta, os quais são:

**b. Gerenciamento dos riscos financeiros**

A Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e

os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Companhia e sua controlada possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(i) *Risco de crédito*

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Diretoria Financeira da Companhia. A Companhia monitora os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitiga o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Em relação a contas a receber de clientes, a Companhia possui uma carteira de clientes muito pulverizada. Em 2019 foram efetuadas vendas para mais de 1.000 mil clientes individuais e o maior cliente representou 19% das receitas totais. O risco da carteira é administrado por meio de processo de concessão de crédito, bem como registrando, periodicamente, quando aplicável, provisão para créditos de liquidação duvidosa.

**Contas a receber**

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

Uma composição do saldo do contas a receber por idade de vencimento está demonstrado na nota explicativa 7.

**Caixa e equivalentes de caixa, e aplicações financeiras**

A Companhia e sua controlada detinham Caixa e equivalentes de caixa de R\$ 26.916 em 30 de junho de 2019 (R\$ 125.047 em dezembro de 2018).

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa, e aplicações financeiras têm baixo risco de crédito.

(ii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu ‘Caixa e equivalentes de caixa’ em um montante suficiente para às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros. A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do Contas a receber de clientes e outros recebíveis em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à Fornecedores e outras contas a pagar.

(iii) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

**Risco de encargos financeiros/flutuação de taxa de câmbio**

Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

**Hedge Accounting de fluxo de caixa**

Em abril de 2018 a Companhia passou a adotar o Hedge Accounting de fluxo de caixa com o objetivo de mitigar os riscos que variação cambial dos empréstimos em moeda estrangeira. Os empréstimos em moeda estrangeira (objeto de hedge) totalizam USD 26.624 (valor nominal) em 30 de junho de 2019 (USD 32.512 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia designou como instrumento de Hedge as receitas projetadas, as quais estão baseadas em contratos fechados em dólar com seus clientes.

Os ganhos e perdas dos instrumentos financeiros designados como hedge de fluxo de caixa, enquanto não realizados, são registrados como componente de outros resultados abrangentes e resultaram no montante de R\$ 6.096 no período (líquido dos efeitos tributários). Os valores reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no exercício em que o item objeto de hedge afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

A efetividade prospectiva do hedge é mensurada no momento da designação e ao final de cada trimestre, com o objetivo da avaliação de efetividade prospectiva e afirmar que o instrumento de hedge será altamente eficaz em compensar as variações do objeto de hedge.

Em geral, a Companhia faz hedge de 60% a 70% de sua dívida em moeda estrangeira com relação a vendas previstas para os próximos doze meses. A Companhia utiliza faturamentos futuros para proteger seu risco cambial, os quais são designados como hedges de fluxo de caixa.

A exposição contábil da Companhia e sua controlada estavam assim representadas:

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>30/06/2019</b>	
	<b>Moeda estrangeira (US\$ mil)</b>	<b>R\$</b>
<b>Ativo</b>		
Contas a receber	3.439	13.176
<b>Passivo</b>		
Fornecedores	(32)	(122)
Empréstimos	(55.037)	(211.395)
Hedge Accounting	26.624	102.029
Exposição líquida	(25.006)	(96.312)

**Análise de sensibilidade de variação cambial**

		<b>Consolidado</b>										
		<b>(perdas) / ganhos financeiros</b>										
		<b>Queda 25%</b>		<b>Queda 50%</b>		<b>Cenário Provável</b>		<b>Aumento 25%</b>		<b>Aumento 50%</b>		
<b>Operação</b>	<b>Risco</b>	<b>2019</b>	<b>Indexador</b>	<b>R\$</b>	<b>Indexador</b>	<b>R\$</b>	<b>Indexador</b>	<b>R\$</b>	<b>Indexador</b>	<b>R\$</b>	<b>Indexador</b>	<b>R\$</b>
Empréstimos	Aumento da taxa cambial	(96.312)	2,78	26.404	1,85	49.791	3,70	3.269	4,63	(20.117)	5,55	(43.252)

**Análise de sensibilidade de variações de indexadores**

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos principais ativos e passivos financeiros que a Companhia possuía exposição na data base de 30 de junho de 2019, foram analisados às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o período findo em 30 de junho de 2019 (cenário provável), a Companhia entende que o impacto é irrelevante.

<b>Consolidado</b>												
<b>(perdas) / ganhos financeiros</b>												
<b>Operação</b>	<b>Risco</b>	<b>2019</b>	<b>Queda 25%</b>		<b>Queda 50%</b>		<b>Cenário Provável</b>		<b>Aumento 25%</b>		<b>Aumento 50%</b>	
			<b>Indexador</b>	<b>R\$</b>	<b>Indexador</b>	<b>R\$</b>	<b>Indexador</b>	<b>R\$</b>	<b>Indexador</b>	<b>R\$</b>	<b>Indexador</b>	<b>R\$</b>
Aplicações Financeiras	Aumento do CDI	55.082	4,88	(639)	3,25	(1.537)	6,5	253	8,13	1.151	9,75	2.044
Cotas subordinadas mezanino	Aumento do CDI	9.694	4,88	(112)	3,25	(270)	6,5	45	8,13	203	9,75	360
Empréstimos	Aumento do CDI	(32.139)	4,88	373	3,25	897	6,5	(148)	8,13	(672)	9,75	(1.192)
Debêntures	Aumento do CDI	(142.258)	4,88	1.650	3,25	3.969	6,5	(654)	8,13	(2.973)	9,75	(5.278)
		<u>(109.621)</u>		<u>1.272</u>		<u>3.058</u>		<u>(504)</u>		<u>(2.291)</u>		<u>(4.067)</u>
Empréstimos	Aumento do TJLP	(11.042)	5,25	112	3,5	305	7	(82)	8,75	(275)	10,5	(468)
Empréstimos	Aumento da libor	(103.373)	1,48	724	0,99	1.230	1,98	207	2,47	(300)	2,97	(817)

**Gestão do capital social**

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 30 de junho de 2019.

**c. Instrumentos Financeiros Derivativos**

A Companhia e sua controlada operaram com instrumentos financeiros derivativos (*Swap*) para Hedge de exposição de contrato de empréstimos em moeda estrangeira que resultaram em um ganho líquido de R\$ 3.741 durante o período de 2019 (perda líquida de R\$ 49 em 2018) os quais foram registradas na rubrica de despesas financeiras e receitas financeiras (nota explicativa 25).